

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.079 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 25 DE ABRIL DE 2000

500 ANOS DO DESCOBRIMENTO

SENADORES DEBATEM AÇÃO DO GOVERNO EM PORTO SEGURO

A ação do governo na comemoração dos 500 anos do Descobrimento foi analisada pela senadora Heloísa Helena e pelos senadores Antonio Carlos Magalhães, Mozarildo Cavalcanti, Roberto Requião, Geraldo Melo, Lúcio Alcântara e Sebastião Rocha.

PÁGINA 5

Os índios em Porto Seguro: ação do governo nas comemorações recebeu aprovação e desaprovação de senadores



**CE examina reserva
de vagas para
cursos noturnos
nas universidades**

PÁGINA 3

CAE analisa hoje refinanciamento da dívida paulistana por 30 anos

BC envia à comissão documento favorável à assinatura de contrato entre o município de São Paulo e a União, com base em parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deverá discutir hoje, a partir das 10h, proposta que prevê o refinanciamento das dívidas do município de São Paulo, calculadas em R\$ 10,5 bilhões, pelo prazo de 30 anos. O relator da ma-

téria, senador Romero Jucá, vai apresentar relatório favorável ao pleito da prefeitura de São Paulo, cuja aprovação é recomendada, também, pelo Banco Central, com base em parecer da Procuradoria da Fazenda Nacional.

PÁGINA 3

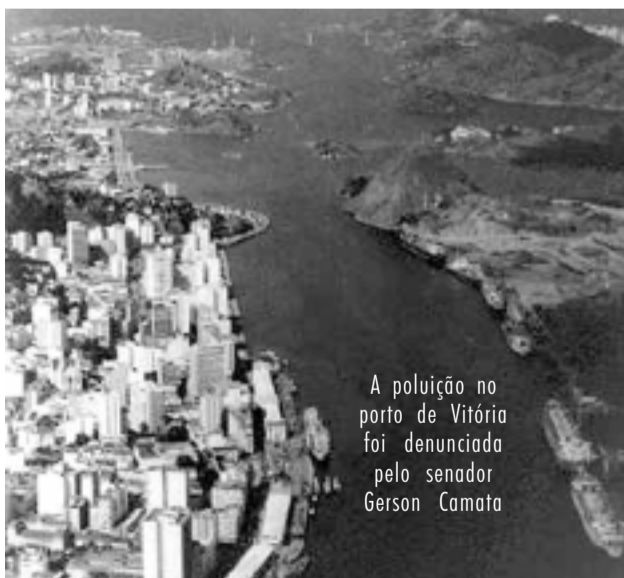
PLENÁRIO PRESTA HOMENAGEM A LUÍS EDUARDO E SÉRGIO MOTTA

A sessão plenária de hoje terá a Hora do Expediente reservada para homenagem ao ex-presidente da Câmara Luís Eduardo Magalhães e ao ex-ministro Sérgio Motta. A iniciativa é do senador José Roberto Arruda.

PÁGINA 2



Motta e Luís Eduardo, que morreram em abril de 1998, serão lembrados pelo Plenário



A poluição no porto de Vitória foi denunciada pelo senador Gerson Camata

Subcomissão avalia danos ambientais no Rio e Vitória

PÁGINA 4

Senado homenageia hoje Luís Eduardo e Sérgio Motta

Agenda da semana também inclui a realização de sessão especial para comemorar os 40 anos de fundação de Brasília

O Senado Federal inicia a sessão plenária de hoje homenageando o ex-presidente da Câmara dos Deputados Luís Eduardo Magalhães e o ex-ministro das Comunicações Sérgio Motta. Requerida pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), a homenagem marcará o segundo ano de falecimento dos dois homens públicos. Sérgio Motta morreu no dia 20 e Luís Eduardo no dia 21, ambos em abril de 1998.

Amanhã, o Plenário realiza, às 11h, sessão especial destinada a comemorar os 40 anos da fundação de Brasília. O requerimento para a homenagem foi apresentado pelos senadores Luiz Estevão (PMDB-DF) e José Roberto Arruda. E, às 14h, Senado e Câmara se reúnem em sessão do Congresso Nacional para apreciar a medida provisória que reajustou o valor do salário mínimo.



Com a homenagem, os senadores marcarão os dois anos de falecimento do ex-ministro Sérgio Motta e do ex-presidente da Câmara dos Deputados Luís Eduardo Magalhães

Também nesta semana, o Senado prossegue na discussão da proposta de emenda constitucional do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) que prorroga por dez anos a aplicação, no Nordeste e no Centro-Oeste, de percentuais mínimos dos recursos destinados pelo país à irrigação. O objetivo do parlamentar é garantir que o Nordeste continue, por mais dez anos,

com 50% desses recursos, e o Centro-Oeste com 20%.

A fixação desses percentuais foi incluída no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para vigorar por 15 anos. Na opinião de Mauro Miranda, autor do dispositivo aprovado na Assembleia Constituinte, a prorrogação desse prazo é vital para que projetos agrícolas da maior importância tenham retorno.

Antonio Carlos confirma para amanhã a votação da MP que reajusta salário mínimo

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem que a reedição da medida provisória que estabelece o novo valor do salário mínimo, ocorrida no último sábado, não impedirá a votação da matéria pelo Congresso Nacional ama-

anhã. Ele confirmou a realização da sessão, que está prevista para se iniciar às 14 horas.

— Eu vou presidir; tendo número, coloco em votação — disse Antonio Carlos, salientando que outras medidas já foram votadas na mesma situação.

O senador também não vê problema no fato de estar em tramitação na Câmara a lei complementar que institui o mínimo diferenciado.

— A Câmara é a Câmara, o Congresso é o Congresso — observou o senador.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 25 DE ABRIL DE 2000

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

14h30 — Participa da homenagem a Sérgio Motta e Luís Eduardo Magalhães

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Hora do Expediente: será destinada a homenagear Sérgio Motta e Luís Eduardo Magalhães, no transcurso do segundo ano de seu falecimento

Pauta: PLC nº 5/2000, dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários; terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 66/99, altera o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando por dez anos a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação nas regiões Centro-Oeste e Nordeste; PDL nº 216/99, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Ajuricaba para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Manaus (AM); e requerimentos nº 153/2000, do senador Lúcio Alcântara, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 286/99 e 69/2000, por regularem a mesma matéria; e nº 157/2000, do senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 388/99 e 65/2000, por regularem a mesma matéria.

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Mensagem-SF nº 76/2000, com fundamento na MP nº 1969-13, de 3.2.2000, nas resoluções nºs 78, de 1º.7.1998, e 37, 17.9.1999, do Senado, e no Decreto nº 3.099/99, submete à apreciação do Senado contrato de confissão, consolidação, promessa de assunção e refinanciamento de dívidas, celebrado entre a União e o município de São Paulo, tendo por objeto o refinanciamento de obrigações financeiras de responsabilidade daquele município; PLS nº 263/99, altera dispositivos da Lei nº 9.491/97, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização; PLC nº 8/2000, institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico; Mensagem-SF nº 84/2000, submete à apreciação do Senado o contrato de reescalonamento de dívida da Maurifânia para com o Brasil, no valor de US\$ 6,7 milhões, relativamente a operações de financiamento à exportação realizadas com recursos do Fundo de Financiamento à Exportação (Finex), cujos créditos passaram a ser geridos pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex); Ofício "S" nº 19/2000, encaminha ao Senado manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido do governo do estado de Santa Catarina para assunção formal de dívidas da Companhia de Habitação do estado (Cohab/SC) no valor de R\$ 152,8 milhões, a preços de janeiro/2000; Ofício "S" nº 11/2000, encaminha ao Senado manifestação do Banco Central do Brasil acerca da operação de crédito baseada no segundo termo aditivo ao contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, firmado em julho/99, entre a União e o estado de Goiás, que altera o valor do contrato de refinanciamento objeto de Resolução nº 67, de julho/98, R\$12,1 milhões; Ofício "S" nº 15/2000, encaminha ao Senado manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido do governo do estado do Rio Grande do Sul para assunção formal de dívidas da Companhia de Habitação do estado (Cohab/RS) e da Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul, nos respectivos valores de R\$ 811,6 milhões, a preços de setembro/99, e R\$ 42,027 milhões, a preços de agosto/99; Ofício "S" nº 16/2000, encaminha ao Senado manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido do governo do estado do Rio de Janeiro para assunção formal de dívidas da Companhia Estadual de Habitação do Estado do Rio de Janeiro (Cehab/RJ) e do Banco do Estado do Rio de Janeiro S/A (em liquidação extrajudicial), nos valores de R\$ 398,5 milhões e R\$ 22,4 milhões a preços fevereiro/2000; e Ofício "S" nº 24/2000, encaminha ao Senado manifestação do Banco Central do Brasil acerca da operação de crédito do estado de Alagoas visando à extinção do Prouban e à criação de agência de fomento naquele estado, no valor de R\$ 427,2 milhões a preços de abril/98, nos termos da Medida Provisória nº 1.983-48, março/2000, e da Lei nº 9.496, setembro/97, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária, respectivamente, a preços de fevereiro/2000. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: PLS nº 615/99, altera a Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; PLS nº 387/99, modifica dispositivos da Lei nº 6.494/77, que dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante do 2º grau e supletivo; PLS nº 529/99, institui o Dia do Advogado, a ser celebrado em 11 de agosto; PLS nº 577/99, inclui como tema transversal nos currículos de ensino fundamental noções de turismo; PLS nº 672/99, dispõe sobre o comércio eletrônico; requerimento da senadora Luiza Toledo, solicitando a realização de audiência pública na cidade de Vitória, com o objetivo de discutir a autonomia das universidades; e PDLs que aprovam atos que renovam concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão de sons e imagens. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

14h30 — Comissão mista destinada a emitir parecer sobre a MP nº 2.011-6, que altera dispositivos da Lei nº 9.615/98 (bingos). *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

17h — Comissão de Ética

Pauta: inicia o exame dos dossiês dos senadores Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: entre outros assuntos, Mensagem nº 71/2000, que submete à apreciação do Senado o nome de Lauro Barbosa da Silva Moreira para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Marrocos; Aviso nº 37/2000, que encaminha ao Senado, em caráter sigiloso, cópia da Decisão nº 795/99, adotada pelo Tribunal de Contas da União, bem como dos respectivos relatórios e voto que a fundamentam; PDL nº 38/2000, que aprova o texto do acordo entre os governos do Brasil e do Peru sobre cooperação entre as academias diplomáticas de ambos os países; PDL nº 43/2000, que aprova o texto da Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais; e PDL nº 41/2000, que aprova o texto da Convenção sobre a Segurança do Pessoal das Nações Unidas e Pessoal Associado. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

18h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: balanço das atividades dos membros da subcomissão durante a visita ao Rio de Janeiro e Vitória. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13*

18h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: ata da 2ª Reunião Ordinária; análise do Relatório de Acompanhamento do Plano Plurianual (PPA), relativo ao exercício de 1998 e à execução acumulada no período de 1996 a 1998; apreciação do requerimento do deputado João Coser, que solicita a criação de subcomissão destinada a reformular e propor alterações à Resolução nº 2/95, do Congresso Nacional, com vistas a incorporar as normas pertinentes às modificações necessárias à dinâmica atual do processo orçamentário; apreciação do relatório sobre a autorização de execução orçamentária referente à obra de recuperação dos molhes do Porto de Rio Grande (RS). *Plenário 2, Anexo II da Câmara dos Deputados*

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150

Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CAE delibera sobre rolagem da dívida de São Paulo

Primeiro item da pauta da reunião de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos, a federalização dos débitos da capital paulista tem parecer favorável do Banco Central e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

A federalização das dívidas do município de São Paulo, calculadas em R\$ 10,5 bilhões, é o primeiro item da pauta da reunião que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realizará às 10h de hoje. O relator da matéria, senador Romero Jucá (PSDB-RR), vai apresentar relatório sugerindo que os débitos sejam refinanciados pela União com prazo de 30 anos para pagamento.

Na última reunião, o presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), adiou a discussão do relatório de Jucá, pois, como advertiu o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), o processo não estava instruído por parecer conclusivo do Banco Central (BC). O documento, enviado pelo presidente do BC, Armínio Fraga, chegou à comissão na semana passada e sugere que a assinatura do



Jucá, relator da matéria, propõe que a dívida seja refinanciada pela União por um período de 30 anos

contrato entre a União e o município seja autorizada.

Segundo o BC, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional concluiu, "com razoável segurança jurídica", que a emissão de títulos para o pagamento de precatórios judiciais foi regular. A "segurança



Dutra alertou a comissão para a necessidade de requerer o parecer do Banco Central

jurídica das relações" também foi o argumento usado pela Procuradoria para justificar a operação, apesar de os índices escolhidos para a apuração dos valores dos precatórios não serem, segundo a avaliação feita pelo órgão, "imunes a críticas".

A CPI dos Precatórios, porém, concluiu que a maior parte dos recursos arrecadados com a venda dos títulos municipais não foi usada no pagamento de precatórios. Por isso, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) acredita que a parcela da dívida com origem nos precatórios (R\$ 9,3 bilhões) não pode ser refinanciada em 30 anos, mas em dez anos, como determina a Resolução 78/98 do Senado.

OUTRAS DÍVIDAS

Os senadores da CAE também analisam aditamento ao contrato que transferiu a dívida de Goiás para a União, elevando o valor do refinanciamento em R\$ 12,1 milhões. O relator, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), é favorável à operação.

Entre os nove itens da pauta da comissão, três referem-se a pedi-

dos dos governos do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e de Santa Catarina para assumir as dívidas de suas companhias estaduais de habitação, que totalizam, respectivamente, R\$ 853,6 milhões, R\$ 421 milhões e R\$ 152,8 milhões. Todas as solicitações, encaminhadas pela Presidência da República, com manifestação do Banco Central, têm o apoio de seus relatores.

Faz parte ainda da pauta da comissão o relatório do senador Bello Parga (PFL-MA), favorável ao pedido do governo de Alagoas de financiamento para a extinção do Produban e criação da agência estadual de fomento, no valor de R\$ 427,2 milhões, bem como o relatório do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), favorável ao reescalonamento da dívida da Maurîtânia com o Brasil, no valor de US\$ 6,7 milhões.

Senadores vão examinar projeto de lei que proíbe privatização da Petrobras

Já aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o projeto de lei do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que exclui a Petrobras do alcance do Programa Nacional de Desestatização deve ser votado hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta tem parecer favorável do relator, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ).

Na última reunião, o presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), concedeu prazo de cinco dias ao senador Luiz Otávio (sem partido-PA), que pediu para analisar o projeto.

A proposta de Álvaro Dias impede ainda a venda pela União de

ações do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e da própria Petrobras. Para ele, a alienação de ações do governo federal que excedem o percentual mínimo para manutenção do controle acionário pode significar uma privatização disfarçada dessas estatais, que, na sua opinião, têm importância estratégica para o país.

A comissão também deve analisar proposta do governo federal instituindo novas regras para a classificação de produtos vegetais e seus subprodutos e resíduos que tenham valor econômico. O relator da matéria, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), é favorável à proposição.



Projeto de Álvaro Dias deixa a Petrobras fora do alcance do Programa de Desestatização



O senador Roberto Saturnino apresentou parecer favorável à proposta

CE vota reserva de vagas para cursos noturnos nas universidades federais

Quatro dos 12 itens da pauta da Comissão de Educação (CE) para a reunião de hoje são terminativos. O primeiro deles é o projeto, de autoria do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), que reserva 30% das vagas das instituições públicas de ensino superior para cursos noturnos.

Nos projetos terminativos, a decisão da comissão no qual ele é votado equivale à do Senado como um todo. Ou seja, o projeto somente é votado em Plenário se houver apresentação de recurso para tal.

O projeto de Estevão tem voto contrário do relator, senador José Jorge (PFL-PE). Para ele, a proposta é muito rígida e pode prejudicar o esforço gradual de criação de mais vagas noturnas. A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) discordou e apresentou voto em separado pela aprovação da matéria em forma de substitutivo.

Outro projeto terminativo propõe a instituição do Dia do Advogado, em 11 de agosto. Apresentado pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), o projeto de lei recebeu voto contrário do relator, senador Amir Lando (PMDB-RO). Mas também foi apresentado à



Estevão quer que os cursos noturnos absorvam 30% das vagas das universidades...



...enquanto o relator José Jorge defende o aumento gradual das vagas...



...levando Emilia a propor voto em separado pela aprovação do projeto

matéria um voto em separado do senador Iris Rezende (PMDB-GO), favorável à aprovação.

ESTÁGIO

O terceiro projeto terminativo, de Ademir Andrade (PSB-PA), institui normas para estágio de ensino superior, ensino profissionalizante de segundo grau e supletivo. O projeto tem voto favorável do relator, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT). A proposta de Ademir Andrade estabelece diversos direitos para o estagiário, como o recebimento de uma bolsa de estudos ou outra forma de contraprestação do serviço com remuneração que não seja inferior ao valor de um salário mínimo. Também assegura férias de 30 dias por ano, dispensa do trabalho durante períodos de provas e seguro contra acidentes de trabalho.

A quarta proposta com decisão

final na CE trata da inclusão, como tema transversal nos currículos de ensino fundamental, de noções de turismo. O projeto, da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), tem voto contrário do relator, senador Bello Parga (PFL-MA).

Entre os projetos não terminativos, destaca-se o que cria normas para o comércio eletrônico. De autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), o projeto tem voto favorável com emendas do relator, senador José Fogaça (PMDB-RS).

A Comissão de Educação examina ainda projeto de lei que altera a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB). Também serão apreciados seis projetos de decreto legislativo que autorizam renovação de permissões e concessões de funcionamento de emissoras de rádio e televisão.

Subcomissão discute danos ambientais no Rio e em Vitória

Senadores fazem balanço de viagens feitas para avaliar poluição na capital capixaba e efeitos do vazamento de óleo na baía de Guanabara

A subcomissão destinada a apurar o vazamento de óleo ocorrido na baía de Guanabara e a poluição na cidade de Vitória (ES) reúne-se hoje, às 18h, para fazer um balanço geral das visitas aos locais atingidos. Na capital carioca, os senadores estiveram na Refinaria Duque de Caxias e inspecionaram praias e mangues atingidos pelo vazamento, além de realizar audiências com representantes da Petrobras, parlamentares e secretários estaduais, sindicalistas e ambientalistas.

Conforme o presidente da subcomissão, senador Geraldo Lessa (PSDB-AL), em Vitória foram verificadas as denúncias de danos ambientais causados pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), feitas pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES). Na capital capixaba, os integrantes mantiveram encontros com o prefei-



No Rio, os membros da subcomissão inspecionaram praias e mangues atingidos pelo vazamento de óleo da Refinaria Duque de Caxias

to Luís Paulo Velloso Lucas, com parlamentares, secretários estaduais e com diretores da CVRD.

O relator da subcomissão, senador Geraldo Cândido (PT-RJ), adiantou que, logo após a apreciação do relatório da viagem, deverão ser convidados a depor os ministros do Meio Ambiente, José Sarney Filho, e de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho.



Gerson Camata denunciou poluição na cidade de Vitória

Ademir Andrade pede informações sobre estudos de transposição do Tocantins

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) apresentou ontem dois requerimentos de informações sobre estudos que o governo vem realizando para unir as bacias dos rios São Francisco e Tocantins. Ele quer que os ministros do Meio Ambiente, Sarney Filho, e da Integração Nacional, Fernando Bezerra, enviem ao Senado a íntegra dos estudos preliminares para a união dessas duas bacias.

Ele considerou "estranho" que



Ademir estranhou a forma com que o governo tem tratado o assunto

estudos dessa importância sejam conduzidos sem nenhum debate, sem nenhuma articulação com os políticos da região Norte e sem nenhum conhecimento do Legislativo. "Mas agora, com esses requerimentos, o governo será obrigado a tornar público seu posicionamento a respeito dessa matéria. E nós, com esses documentos na mão, traremos a discussão desse assunto ao Senado da República", anunciou ele.

nós, com esses documentos na mão, traremos a discussão desse assunto ao Senado da República", anunciou ele.

Ademir Andrade disse ter conhecimento de estudos que preconizam a transposição das águas do rio Tocantins para abastecer o São Francisco e, conseqüentemente, vários estados da região Nordeste.

Ele se preocupa com a informação de que o projeto está avaliado em torno de R\$ 22 bilhões, podendo atingir R\$ 30 bilhões em investimentos. "Não sabemos das conseqüências ambientais, nem dos prejuízos que isso poderá trazer para a Amazônia, e por essa razão esperamos que os dois ministérios encaminhem o mais rápido possível essas informações."

Conselho de Ética analisa denúncias de Jader e ACM

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar reúne-se a partir das 17h de hoje para analisar os dossiês com as denúncias apresentadas pelos senadores Jader Barbalho (PMDB-PA) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Os dois se acusam mutuamente de práticas irregulares. O conselho é presidido pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS).

Durante a última reunião do

conselho, realizada no dia 14, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) sugeriu que a análise dos dossiês seja desvinculada de possíveis aplicações de penalidades, pelo fato de os dois senadores terem trocado "ofensas morais" e "expressões atentatórias ao decoro parlamentar". Segundo Jefferson, o artigo 9º do Código de Ética do Senado determina que essas infrações devem ser repre-

endidas por meio de advertência escrita.

Já o senador Amir Lando (PMDB-RO) disse que, em casos como esse, o conselho pode agir de ofício, sem que seja necessária provocação. Lando, no entanto, sugeriu que sejam definidas, de maneira clara, as regras a serem seguidas pelo conselho, a fim de evitar que as decisões venham a ser questionadas no futuro.

CRE examina indicação para embaixada e acordos internacionais

Com uma pauta de oito itens, entre os quais a indicação de Lauro Barbosa da Silva Moreira para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Marrocos, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se a partir das 17h30 de hoje. Também será examinado o texto do acordo firmado entre os governos do Brasil e do Peru sobre cooperação entre as academias diplomáticas dos dois países. O parecer do relator, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), é pela aprovação.

Outros dois acordos deverão ser examinados pela Comissão de Relações Exteriores. Um deles, com parecer favorável do relator, senador Pedro Piva (PSDB-SP), trata da supressão de vistos em passaportes diplomáticos e de serviço, celebrado entre o Brasil e Angola. O segundo, também com parecer favorável do relator, senador Moreira Mendes (PFL-RO), é um acordo de cooperação na área de turismo, assinado entre o governo brasileiro e o da Ucrânia.

A Comissão de Relações Exteriores, que é presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP),



O parecer de João Alberto é pela aprovação do nome de Moreira para a embaixada no Marrocos

irá deliberar, ainda, sobre a convenção que trata do combate à corrupção de funcionários públicos estrangeiros em transações comerciais.

Outras duas convenções estão na pauta da comissão: uma, a respeito da segurança do pessoal das Nações Unidas e pessoal associado; e outra, sobre cooperação na área de proteção da saúde animal.

Nos três casos, os respectivos relatores, senadores João Alberto Souza, José Jorge (PFL-PE) e Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), apresentaram parecer favorável.

CULTURA ao MEIO-DIA 500 anos

De Sergio Rezende

LAMARCA

Quarta-feira - 26 de abril - 12H

Senado Federal

Auditório Petrônio Portella

Realização: Apoio: COLUMBIA TRI STAR BUENA VISTA FILMES DO BRASIL

BRASIL 500 ANOS

500 ANOS DO DESCOBRIMENTO

A ação do governo na comemoração dos 500 anos do Descobrimento, na Bahia, foi analisada de diferentes maneiras ontem no Senado. Para o senador Antonio Carlos Magalhães, as providências mantiveram a ordem e evitaram graves acontecimentos. A senadora Heloísa Helena esteve na Bahia e disse que viu “a baderna promovida pelo governo federal e pelo governo da Bahia em Coroa Vermelha”. Já o senador Mozarildo Cavalcanti observou que as manifestações partiram de uma minoria. Ele sugeriu ao governo que nomeie um índio para ocupar a presidência da Funai, no lugar de Carlos Marés, que foi demitido ontem em consequência dos acontecimentos registrados na comemoração dos 500 anos.

Ação do governo garantiu ordem em Porto Seguro, afirma ACM

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou ontem que a ação governamental durante as comemorações dos 500 anos do Descobrimento, na Bahia, foi preventiva e se destinou a manter a ordem e a evitar graves acontecimentos. Ele sustentou que os fatos noticiados pela imprensa não prejudicaram a festa como um todo.

Conforme o presidente do Senado, o governo federal tomou todas as providências para que as comemorações decorressem em paz e em ordem, porque isso seria importante para manter uma imagem positiva do país no exterior. “Culpa não cabe nem ao governo federal nem à polícia baiana pelo que ocorreu”, disse ele, assegurando que os fatos não foram tão graves como noticiado pela mídia, embora pudessem ter sido evitados.

Antonio Carlos disse que foi feito acordo com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), pelo qual os manifestantes poderiam reunir-se como quisessem e onde quisessem, mas deveriam deixar Porto Seguro antes do dia 22. Ele informou também que, apesar de o estado ter colocado todos os meios de transporte, inclusive aéreo, para representantes do MST virem a Brasília comunicar-se com o Incra, o acordo não foi cumprido. “Logo, aí não cabe culpa ao governo federal”, afirmou ele.



Antonio Carlos: PM baiana evitou conflito maior

Antonio Carlos Magalhães também mencionou acordo para que parte da comunidade indígena apresentasse reivindicações ao presidente Fernando Henrique Cardoso, em relação à terra e ao tratamento que pleiteiam. “Tudo isso foi acertado, mas não foi cumprido”, comentou ele, referindo-se ainda ao fato de que, insuflados, os índios queriam interromper o tráfego, impedindo milha-

res de turistas de chegar a Porto Seguro. Em sua opinião, a Polícia Militar da Bahia agiu com ponderação e calma para evitar um conflito maior, que seria desmoralizante para o Brasil, “porque envolveria até a figura de governadores e, mais do que isso, a dos presidentes do Brasil e de Portugal”. Ele afirmou que, embora a mídia não os tenha noticiado, todos os atos da comemoração foram realizados.

Depois de mencionar exibição pirotécnica assistida por mais de 20 mil pessoas, ele afirmou que os 500 anos foram celebrados condignamente e que evitou-se que alguma tragédia maior acontecesse. “Nós sempre achamos que essa comemoração era de todos os brasileiros, inclusive dos indígenas, dos negros e até mesmo dos sem-terra. Todos deviam estar lá juntos, mas não foi por culpa de ninguém que não estiveram”, comentou ainda.



A participação dos índios nas comemorações dos 500 anos foi debatida pelos senadores

Heloísa aponta incapacidade da elite de conviver com divergência

A senadora Heloísa Helena (PT-AL), que esteve na Bahia mas não participou das festividades oficiais em torno dos 500 anos do Descobrimento, disse que pôde ver com os próprios olhos “a baderna promovida pelo governo federal e pelo governo da Bahia em Coroa Vermelha de Cabralia”. Na sua opinião, as cenas que presenciou – negros arrastados pelos cabelos, índios



Heloísa Helena vê desrespeito ao estado de direito

velhos perseguidos mato adentro por policiais militares a cavalo – repetiram a truculência, a intolerância e a incapacidade histórica que as elites brasileiras sempre tiveram de conviver com a divergência. “Nunca vi tanta coerência junto”, enfatizou.

Ao solidarizar-se com os movimentos que participaram dos eventos paralelos “com uma passividade impressionante”, Heloísa Helena afirmou que, para garantir a segurança oficial, rasgou-se a legislação vigente, instalou-se um verdadeiro estado de sítio e desrespeitou-se o estado de direito. Os direitos de ir e vir e de livre manifestação de opinião, segundo a senadora, teriam sido violados.

Roberto Requião (PMDB-PR) aparteu a senadora para afirmar que a senha para a violência que se abateu sobre índios e negros foi dada pelo próprio presidente

da República, quando se referiu “à baderna do Movimento Sem Terra”, e pelo “novo Newton Cruz do governo, que atende pelo nome de Alberto Cardoso”, disse, referindo-se ao secretário de Segurança Institucional da Presidência da República.

Em concordância com Heloísa Helena quanto à opinião de que a grande baliza para a solução de conflitos sociais deve ser

a lei, Geraldo Melo (PSDB-RN) frisou, no entanto, que isso deve ocorrer também para a oposição. Além disso, a Constituição também define quem são as autoridades do país, as obrigações dos cidadãos em relação a elas e o direito de propriedade, de modo que “o caminho para se resolver o litígio não é a invasão nem a tomada à força. Nessa hora, a lei também devia ser nossa baliza”, enfatizou. O senador lembrou que, na semana passada, ao receber uma comissão de índios, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, foi ameaçado por um índio que, em entrevista à imprensa, declarou que estava disposto a atirar mesmo uma flecha no senador. “Isso simboliza o excesso que existe também no outro lado, mesmo porque, se a lei é baliza, nenhum brasileiro está autorizado a fazer justiça pelas próprias mãos”, disse.

Mozarildo quer índio na presidência da Funai

Sugestão no sentido de que o presidente Fernando Henrique Cardoso nomeie um índio para a presidência da Funai foi apresentada ontem pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR). Ele fez a recomendação diante das notícias de crise no órgão com a demissão do presidente da Funai, Carlos Marés. “Temos índios doutores na causa indígena e, portanto, preparados para assumir a defesa dessa etnia”, disse Mozarildo. O senador criticou a intromis-

são na questão indígena de organizações não-governamentais, que representam interesses internacionais, e do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ligado à Igreja Católica. Segundo Mozarildo, o Cimi manipulou a lista das entidades indígenas que iriam participar das manifestações contra a comemoração oficial dos 500 anos do Brasil, em Porto Seguro (BA), alijando dos protestos grupos de índios de Roraima. Para o senador, a manifestação na Bahia

partiu de uma “minoria”.

Avaliando o saldo das comemorações dos 500 anos do Descobrimento, Mozarildo lembrou que, além das denúncias de injustiças contra as etnias, é preciso examinar a questão dos desequilíbrios regionais. Segundo o senador, as regiões Norte, com sete estados, e Nordeste, com nove, são prejudicadas na apresentação de emen-



Mozarildo: protesto na Bahia partiu de uma minoria

das ao Orçamento Geral da União (OGU), uma vez que, independentemente do número de estados, cada região pode apresentar cinco emendas. A região Sul, por exemplo, tem apenas três estados.

Mozarildo foi aparteuado pelos senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Sebastião Rocha (PDT-AP). Alcân-

tara apoiou Mozarildo na defesa de representação parlamentar que equilibre a relação entre as regiões e considerou que o governo não soube lidar com a manifestação em Porto Seguro, marcada por choques entre a polícia e os manifestantes. Rocha acha que os protestos deveriam ter se realizado de forma democrática. O senador pelo Amapá disse que é uma boa idéia nomear um índio para a presidência da Funai.

Iris quer política agrícola que propicie justiça social

Senador observa que o país deve refletir sobre seus erros e buscar novos caminhos para, dentro de um século, ter mais motivos de comemoração. “Não é possível continuar com 30% da população em pobreza absoluta”, afirma.



Iris considera inadmissível que o país importe produtos como arroz, milho e algodão

Uma política agrícola que valorize o homem do campo, dando-lhe melhores condições de educação e saúde, constitui, na opinião do senador Iris Rezende (PMDB-GO), o único caminho para a promoção do bem-estar de todo o povo brasileiro. Para ele, é inadmissível que o Brasil, “com tantas terras, clima bom e gente trabalhadora”, importe produtos agrícolas como arroz, milho e algodão.

Iris disse ontem que o presidente Fernando Henrique Cardoso tem se esforçado para melhorar a situação da agricultura, “mas é preciso fazer mais e reunir esforços de todos os setores do país para uma mudança de comportamento”. Ele lembrou que, no espaço de 60 anos, o Brasil passou de uma situação em

que 80% da população viviam no meio rural para a de hoje, em que 82% vivem nas cidades.

O êxodo rural, na avaliação do senador, foi cruel para milhões de brasileiros que “incharam” as cidades, gerando uma situação de pesadelo para outros milhões de pessoas que já viviam nelas. Para Iris, a comemoração dos 500 anos do Brasil e a proximidade do 3º milênio devem levar o governo, os parlamentares e a sociedade a adotar medidas que garantam justiça social para todos e construam um país com mais dignidade.

Iris Rezende ponderou que o Brasil, em especial o Senado, deveria refletir sobre os erros do passado e buscar novos caminhos para que, dentro de um século, se pos-

sa ter mais motivos para comemorar. “Não é possível continuar aceitando que 30% da população brasileira vivam em pobreza absoluta, enquanto uma pequena elite acha que tudo deve girar em torno de seus interesses”, frisou.

Em aparte, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) concordou com a necessidade de se traçar um novo caminho de luta para o país. Também em aparte, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) lembrou que o Brasil está com sua produção agrícola estagnada há dez anos, por falta de uma política adequada para o setor. “Já poderíamos estar produzindo o dobro, mas o governo prefere investir nas montadoras de automóveis, em vez de privilegiar o campo”, afirmou.



Fala, Cidadão

Nesta seção, o *Jornal do Senado* publica perguntas dirigidas aos senadores, abordando questões relevantes em debate no Congresso Nacional. Você pode participar telefonando para:

0800 612211

Apenas nos três primeiros meses de 2000, o Senado Federal recebeu 4.844 perguntas e sugestões encaminhadas aos senadores por cidadãos de todo o país. A maioria diz respeito a projetos de lei em tramitação na Casa. Essas mensagens foram enviadas por pessoas que utilizam o serviço “0800 – A Voz do Cidadão”, criado há três anos para ampliar o diálogo entre a instituição e a sociedade. Incrementando as ações do 0800, o *Jornal do Senado* passa a publicar semanalmente respostas de um parlamentar a perguntas encaminhadas pela comunidade através do serviço “A Voz do Cidadão”.

O tema de abertura diz respeito ao porte e uso de armas de fogo. Dos 31 projetos de lei existentes no Congresso Nacional sobre o assunto, oito são de iniciativa de senadores. Dentre estes, um é alvo da atenção de cidadãos, que acompanham de perto sua tramitação: o do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), que restringe as armas de fogo.

Destacamos a questão formulada pelo cidadão *Carlos S. Ferreira* (Ponta Porã/MS) – “Por que desarmar o cidadão de bem, que visa tão-somente se proteger, quando os verdadeiros bandidos continuarão portando suas armas livremente?”

Resposta do senador *José Roberto Arruda*:

“O simples fato de o assunto segurança pública se destacar entre os muitos assuntos atualmente em discussão no Congresso já pode ser considerado um avanço. Afinal, o crescimento da violência é mais que notório, é preocupante e merece a atenção daqueles que fazem as leis do país.

A complexidade do tema não permite soluções simplistas. Sendo assim, é no mínimo demagógico dizer que uma única ação ou lei seja a panacéia para esse grave problema.

Mas há que se procurar medidas que, somadas, ajudem a tornar nossa sociedade menos violenta. Nesse aspecto, estou convencido de que é necessário limitar o uso das armas de fogo no Brasil.

Estou convencido igualmente que um projeto de lei que vise à regulamentação de tal tema deve considerar as exceções, como caçadores, colecionadores, esportistas e empresas de segurança privada.

Acredito que uma sociedade pacífica não precisará se armar para promover sua segurança. Ao contrário, as armas de fogo provocam um enorme custo social, uma vez que acidentes com armas de fogo levam 1.200 pessoas à morte todos os anos em nosso país (fonte: ONU, 1997). Isso significa que, em média, a cada sete horas uma pessoa é morta nessas condições, a maioria das vítimas crianças. A opinião pública desconhece que não são apenas “bandidos” que matam com armas de fogo. Pesquisa realizada em São Paulo mostra que em 46% dos homicídios a vítima e o autor se conheciam, e o crime envolvia motivos fúteis, como briga de bar, briga de trânsito ou brigas passionais. É fato também que toda a opinião pública clama por uma sociedade menos violenta. Somente o movimento “Viva Rio” colheu quase um milhão e meio de assinaturas a favor de projeto de lei que proíbe armas no Brasil.”

Alcântara elogia esforço do governo no combate à Aids

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) parabenizou ontem o governo, em especial o ministro da Saúde, José Serra, pelos êxitos do programa de prevenção da Aids, inserido no Programa Nacional de Saúde, e que vem obtendo elogios em âmbito internacional.

O senador informou que quase 40 milhões de homens, mulheres e crianças estão infectados com o vírus da Aids no planeta. No caso brasileiro, acrescentou, cerca de 170 mil casos fo-



Alcântara destaca êxitos do programa de prevenção

ram oficialmente notificados, mas estima-se que mais de 530 mil pessoas tenham contraído o vírus.

Lúcio Alcântara ressaltou que, atualmente, as relações heterossexuais passaram a ser a principal forma de transmissão do vírus HIV, sendo as mulheres as mais atingidas, o que muda o perfil do desenvolvimento da doença. Até bem pouco tempo, lembrou, a contaminação ficava restrita aos chamados “grupos de risco”, composto de

homossexuais e usuários de drogas.

– Uma das conseqüências mais graves dessa mudança é o aumento drástico do número de mulheres infectadas, exigindo a adoção de estratégias de prevenção e assistência capazes de barrar seu avanço, de forma eficaz e pontual – frisou.

O senador também manifestou preocupação com a “verticalização” da doença – contaminação do feto no útero da mãe – e com os “órfãos da Aids”. No Brasil, disse Alcântara, baseado em reportagem da revista *Veja*, há cerca de 200 mil filhos de mulheres portadoras do vírus, e três em cada dez crianças já desenvolveram a doença.

Sebastião Rocha pedirá intervenção federal no Amapá

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) anunciou ontem que está recolhendo documentos para encaminhar representação à Procuradoria-Geral da República solicitando intervenção federal no Amapá, e, assim, garantir a autonomia do município de Laranjal do Jari, que estaria sendo violada pelo governador João Capiberibe. A intervenção depende de representação da Procuradoria e de aceitação pelo Supremo Tribunal Federal.

Conforme o senador, o município teve, só no ano passado, cinco ou seis prefeitos, até que, na quinta-feira, a Assembleia Legislativa do Amapá revogou decreto de intervenção estadual e a Câmara de Vereadores deu posse ao vice-prefeito, inocentado três vezes pela Justiça local e pelo Legislativo estadual. Por ordem do governador, segundo Rocha, o vice-prefeito não

pôde ainda assumir o cargo de prefeito.

A intervenção estadual em Laranjal do Jari teria sido viciada, na opinião do senador, por não ter sido solicitada ao Ministério Público. Na hipótese de que o Tribunal de Contas também possa requisitar a intervenção, como o fez, Sebastião Rocha apontou outro vício: o governador indicou como membro titular do tribunal sua irmã, a ex-deputada federal Raquel Capiberibe. Após percorrer vários municípios, a irmã do governador já teria conseguido casar o mandato de três prefeitos.

– Esses vícios condenam a administração de Capiberibe – afirmou.

Sebastião Rocha disse ainda que “outra tragédia” atinge o município



Rocha lamenta situação do município de Laranjal do Jari

sob intervenção: a resultante da inundação do rio Jari. Ele agradeceu a ação da Defesa Civil nacional e pediu agilidade ao BNDES na reconstrução do município no âmbito do Projeto Jari, de que o banco estatal é sócio.

Ao comentar os fatos ocorridos na Bahia no fim de semana, Rocha repudiou “a

forma excessivamente repressiva como foram tratados os sem-terra e os índios”.

Em aparte, Romero Jucá (PSDB-RR) expressou preocupação com o Amapá. Na presidência dos trabalhos e impedido de posicionar-se politicamente, Ademir Andrade (PSB-PA) manifestou expectativa de entendimento no Amapá.

Senador fala à TV sobre reprodução assistida



O projeto que regula a prática da reprodução assistida, em tramitação no Senado, é o tema da entrevista com o senador Roberto Requião (PMDB-PR) que a TV Senado apresenta hoje, às 7h30. O assunto causou polêmica e colocou em discussão a ética, a religião e os direitos humanos. O projeto, de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), recebeu substitutivo de Requião.

Roberto Requião fala sobre a necessidade de impor limites e restrições à prática da reprodução assistida, por se tratar de técnica científica inovadora, que ainda não está regulada. O senador diz ter levado em conta as-



Requião defende a necessidade de se imporem limites e restrições à prática da reprodução assistida

pectos como a valorização da vida, o cuidado com a criança, o respeito à mulher e a defesa da instituição familiar.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Cidadania*: Senador Geraldo Cândido e o professor Sadi Dal Rosa falam sobre a jornada de trabalho
7h25 — *Senado em Pauta*
7h30 — *Entrevista*: Senador Roberto Requião fala sobre a reprodução assistida
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escola* — 500 anos: O Brasil Colônia na TV — Gente Colonial
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — *Cores do Brasil*: Turismo em Goiás Velho
9h30 — *Entrevista*: Senador Geraldo

Cândido fala sobre o desastre ambiental na baía de Guanabara
9h55 — *Senado em Pauta*
10h — Comissão de Assuntos Econômicos (vivo)
Logo após: Comissão de Educação
13h — *Cores do Brasil*: Turismo em Natal
13h30 — *Cidadania*: Senador Geraldo Cândido e o professor Sadi Dal Rosa falam sobre a jornada de trabalho
14h30 — Sessão Plenária (vivo)
21h — *Jornal do Senado*
Logo após: Conselho de Ética (gravado)
Logo após: Comissão de Relações Exteriores (gravado)
Logo após: Sessão Plenária (reapresentação)



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínima) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Requião: investigações sobre precatórios estão muito lentas

Senador enviará relatório da CPI novamente ao DPF e à Justiça Federal no Paraná para que apuração das denúncias prossiga

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) anunciou em discurso ontem que enviará novamente ao diretor-geral da Polícia Federal, ao procurador-geral da Justiça e à Justiça Federal no Paraná os documentos sobre as investigações realizadas pela CPI dos Precatórios, do Senado, há cerca de dois anos. A CPI, que foi relatada por Requião, apurou a emissão irregular de títulos estaduais e municipais para pagamento fictício de precatórios (pagamentos determinados pela Justiça):

— As coisas estão andando muito devagar e não podem continuar assim. Os inquéritos não podem desaparecer. Assim, toda investigação da CPI está se dissipando. Há lentidão nas investigações do Paraná. Em Pernambuco, já houve

uma “marmelada” para acomodar a situação e o mesmo pode ocorrer em Alagoas e na cidade de São Paulo — afirmou.

Requião questionou a falta de empenho da Polícia Federal no Paraná na investigação de cheques emitidos pela empresa de uma ex-assessora do governador Jaime Lerner para pagar pesquisas eleitorais. Até agora, o DPF não chamou a ex-assessora para explicações, apesar da vinculação dos cheques com a empresa fantasma Assemple, que recebia dinheiro nas operações irregulares com os títulos destinados ao pagamento dos precatórios.

O senador paranaense lembrou que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado examinará hoje a rolagem da dívida da prefeitura de São Paulo, na qual

figuram mais de R\$ 9 bilhões de títulos usados no pagamento de precatórios. Reafirmou sua posição contrária a que o governo federal acerte com a prefeitura o pagamento de tais títulos em 30 anos, quando a Resolução 78 do Senado só permite dez anos:

— O que vai acontecer na CAE é um acordo político para livrar o prefeito Celso Pitta — assinalou.

Em aparte, Heloísa Helena (PT-AL) confirmou a existência de uma manobra para dar legitimidade aos títulos emitidos pelo estado de Alagoas para pagamentos irregulares de precatórios. Romero Jucá (PSDB-RR), relator na CAE do pedido do governo federal para renegociar a dívida do município de São Paulo, afirmou que o caso paulistano “é diferente do que ocorreu em Alagoas e Pernambuco”.

Jucá apela por aprovação rápida do Plano Plurianual

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) alertou deputados e senadores sobre a importância de o Congresso aprovar o mais rápido possível o Plano Plurianual (PPA), para que os investimentos previstos no Orçamento da União para este ano possam ser feitos. Ele disse estar preocupado com a possibilidade de os parlamentares da oposição tentarem paralisar a pauta do Congresso enquanto não for votada a medida provisória que institui um novo valor para o salário mínimo:

— Temos que criar empregos nes-

te país, e o Plano Plurianual é que vai possibilitar a realização dos investimentos no Orçamento 2000. Não aprovar o PPA por conta da votação do salário mínimo é sobretudo paralisar obras e prejudicar a geração de empregos e o próprio pagamento de milhares de salários a trabalhadores que esperam por estas obras — disse Romero Jucá.

Ao registrar que o governo federal pretende iniciar os investimentos previstos a partir de 10 de maio, mas que para isso o PPA precisa estar aprovado, Romero



Jucá: governo federal espera iniciar os investimentos do PPA em 10 de maio

Jucá fez um apelo ao líder do governo, Arthur Virgílio (PSDB-AM), ao relator do PPA, deputado Renato Vianna (PMDB-SC), e ao presidente da Comissão de Orçamento, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), no sentido de que seja feito um mutirão para a aprovação do PPA.

Álvaro defende plebiscito sobre privatizações

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) pediu ontem o apoio dos parlamentares a projeto de sua autoria que submete a plebiscito popular a privatização de empresas de energia elétrica e saneamento básico. De acordo com o senador, a privatização nesta área implica transferir para as mãos de empresários grande poder de decisão sobre dois setores fundamentais para a população. O plebiscito, res-



Álvaro: Estado brasileiro investiu muito nas empresas

saltou o senador, evitaria que o processo se desse à revelia do povo brasileiro.

Álvaro Dias lembrou que o Estado brasileiro vem, há décadas, investindo nos setores de energia elétrica e saneamento, justamente por sua natureza estratégica:

— Mas agora que os investimentos foram feitos, que os riscos diminuíram, que os custos foram significativamente amortizados,

o governo quer passar estas empresas para o setor privado — afirmou.

Álvaro considera que estas empresas continuarão a desempenhar papel estratégico no desenvolvimento econômico do país e por isso julga imprescindível que a privatização nesses setores seja precedida de uma avaliação cuidadosa. “As empresas não devem ser entregues a agentes econômicos que visam acima de tudo o lucro momentâneo, sem que o povo conheça e aprove as medidas tomadas”, completou.

Gilvam celebra os 70 anos de Sarney

Aniversário do ex-presidente da República, cuja carreira política “se confunde com a história do país”, é lembrado por diversos senadores em Plenário

Ao homenagear a passagem do aniversário de 70 anos do senador José Sarney (PMDB-AP), transcorrido ontem, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) afirmou que o ex-presidente do Brasil é um dos poucos que tem sua trajetória pessoal integrada e se confundindo com a história do seu próprio país. Ele destacou que Sarney é um humanista por princípio, intelectual por ofício e político por vocação:

– Não é todo dia que a nação pode celebrar a vida de alguém que, em tudo e por tudo, ilustra e enobrece a vida pública brasileira, exprime e reflete a vitalidade da cultura nacional, sendo para

todos modelo de fidalguia, serenidade e firmeza – afirmou Gilvam Borges.

Na opinião do senador, um dos principais momentos da vida de José Sarney foi durante a redemocratização do Brasil. Ele disse que não haveria possibilidade de transição pacífica e negociada do regime militar para a normalidade democrática se não existissem lideranças, como Tancredo Neves e José Sarney, dispostas a encontrar os caminhos que a viabilizassem.

Gilvam Borges registrou que, enquanto a Tancredo Neves coube a liderança de toda a estratégia montada pelos que se opunham



Gilvam ressaltou importância de Sarney na transição democrática do país nos anos 80

ao regime militar, a José Sarney foi delegada a responsabilidade de

ampliar a possibilidade de adesão entre os que se situavam dentro do poder. “Um elo não existiria sem o outro e, sem ambos, provavelmente o país mergulharia no caos”, avaliou.

Outro aspecto importante da vida do ex-presidente da República citado por Gilvam Borges foi a decisão de aproximar o Brasil da Argentina, superando desconfianças recíprocas, o que resultou na criação do Mercosul. O senador pelo Amapá também enalteceu a atuação de Sarney como presidente do Senado e do Congresso Nacional. “Ele trouxe o Senado para o centro do debate político nacional”, elogiou.

ACM destaca “honestidade, seriedade e grandeza”

Vários senadores apartearam o discurso de Gilvam Borges. O primeiro deles, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), lembrou que é amigo do homenageado há mais de 40 anos e que foi ministro quando José Sarney assumiu a Presidência da República. Antonio Carlos destacou a honestidade, a seriedade e a grandeza de espírito de Sarney.

O senador Edison Lobão (PFL-MA) disse que o Maranhão começou a desenvolver-se quando José Sarney assumiu a sua administração. “Com ele começaram a ser abertas as grandes estradas, já que quando assumiu não possuíamos sequer um palmo de as-



Sarney foi homenageado por diversos colegas em Plenário por seu “espírito democrático”

falto”, testemunhou. Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou Sarney e o classificou como “um dos ar-

tíficos da redemocratização do Brasil”.

Companheiro da bancada amapaense, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) observou que, quando teve oportunidade de presidir dois dos Poderes da nação, o Executivo e o Legislativo, Sarney sempre demonstrou espírito democrático e tratou a oposição com respeito. Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) lembrou que foi na gestão de Sarney como presidente da República que Roraima ganhou sua universidade federal. “Ele implantou a universidade a partir de um projeto de lei autorizativa de minha autoria”, registrou.

Já Álvaro Dias (PSDB-PR) ressaltou a importância de Sarney na definição de uma nova relação entre os países da América Latina.

Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que nos três anos em que dirigiu a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), nomeado pelo então presidente Sarney, teve condições de desenvolver um programa que atendeu a toda a região.

Presidindo a sessão no momento da homenagem, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) desejou que Sarney “continue legando ao Brasil os frutos de sua experiência e sabedoria”.

Quintanilha pede apoio na luta por uma universidade federal no Tocantins

Com a promessa de transformar a tribuna do Plenário em trincheira na defesa da instalação de uma universidade federal no Tocantins, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) pediu aos parlamentares ontem que ajudem os tocantinenses a realizarem esse sonho. Para o senador, há uma dívida da União para com o estado do Tocantins:

– Não foi possível sensibilizar nem o presidente da República nem o ministro da Educação para a construção da universidade no estado, único da Federa-

ção que ainda não conta com uma unidade de ensino superior federal – frisou.

“Não há mais como esperar”, acentuou o senador ao afirmar que a criação de uma universidade federal é um dos mais fortes anseios da população do estado. De acordo com Quintanilha, foi pensando nesta aspiração que o governador Siqueira Campos criou a Universidade do Estado do Tocantins. O senador ressaltou que a iniciativa objetivava qualificar os inúmeros brasileiros que procuram uma for-

mação superior e também evitar o êxodo dos jovens tocantinenses, “que geralmente não voltam ao seu estado de origem” depois de diplomados em outras unidades da Federação.

Em aparte, Romero Jucá (PSDB-RR) afirmou que a universidade é um importante ponto de transformação para a sociedade. Como governador do seu estado, Jucá vivenciou esta experiência, quando a criação da universidade significou “uma semana de desenvolvimento”.

Quintanilha disse que partici-



Quintanilha ressaltou que há uma dívida da União com o seu estado

pou no domingo das comemorações dos 500 anos do Descobrimento, em Porto Seguro, consideradas por ele “uma das solenidades mais bonitas”. De acordo com o senador, mais de 2.500 figurantes rememoraram facetas interessantes da história brasileira e que “mesmo com a chuva os populares permaneceram no local até o final da festa”.



Patrocínio: “Saúde em Família” e “Agentes Comunitários” estão reduzindo as filas dos hospitais

Patrocínio elogia ações comunitárias na área da saúde

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) elogiou ontem os programas Saúde da Família e Agentes Comunitários, que o Ministério da Saúde vem implantando, por estarem acabando com as filas em hospitais e resolvendo 80% dos casos sem a necessidade de especialistas. Para ele, trata-se de um novo modelo de atendimento que cria um vínculo entre as equipes médicas e as famílias, e está reduzindo custos e mortes por doenças banais como diarreia e infecções respiratórias:

– Menciono os resultados positivos desses programas no Tocantins. Há cerca de dois anos esses programas vêm sendo implantados com a colaboração de médicos cubanos que se instalaram nos municípios do interior, colocando em prática a experiência da medicina familiar e comunitária feita em Cuba – disse.

Patrocínio citou reportagem publicada no jornal do Conselho Nacional de Secretários Municipais, informando que o Programa Saúde da Família (PSF) abrange 1.805 municípios, enquanto o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) envolve, atualmente, 100.917 agentes, divididos em 4.732 equipes. A meta do governo é contar com 150 mil agentes comunitários e 20 mil equipes de saúde até 2002, anunciou o senador.

Sobre as comemorações dos 500 anos do Descobrimento, Patrocínio afirmou que transcorreram em clima de absoluta normalidade em vários estados do país, inclusive em Brasília. O senador participou dos festejos na Bahia, onde assistiu “a um desfile monumental” das diversas etnias brasileiras. “Sei que houve a exclusão de alguns índios e trabalhadores sem terra, mas isso foi inevitável. Pelo menos, terminamos as comemorações sem funeral.”